

RECENSÕES CRÍTICAS (1)

W. D. ELCOCK—*The Romance languages*. London (Faber & Faber), 1960, 573 pp.

Num curto lapso de quatro anos, isto é, entre 1956 e 1960, revelando o interesse sempre crescente pelos estudos romanísticos e ainda a necessidade de actualização do ensino criada por uma investigação cujos resultados se vão acumulando, vieram a público vários importantes manuais de linguística românica, cada um deles com as suas características e a sua orientação própria: em 1956 o *Handboek tot de romaanse taalkunde* de Vidos e os dois voluminhos da *Romanische Sprachwissenschaft* de H. Lausberg; em 1959 a tradução italiana (*Manuale di linguistica romanza*) da obra de Vidos e a terceira edição, muito ampliada e actualizada, dos *Origini delle lingue neolatine* de Tagliavini.

Último em data, mais próximo em intenção dos dois últimos mencionados que do de Lausberg, o livro do malogrado professor de Filologia Românica e de Literatura Francesa medieval no Westfield College da Universidade de Londres, tem todavia características perfeitamente distintas: mais informativo que o de Vidos (que à história dos problemas e dos métodos preferentemente se dedica), mais informativo ainda num sentido que o de Tagliavini, — isto é, na abundância dos materiais de facto, relativamente à história dos sistemas fónico e morfológico e do léxico das “línguas” românicas —, menos porém no aspecto bibliográfico, em que a obra do romanista italiano presta os mais relevantes serviços. De orientação exclusivamente histórica e tradicional, destinada a um público universitário inglês predominantemente interessado no francês e no provençal, é, com estas limitações, uma obra de inegável utilidade.

(1) Em regra, só se fará crítica nesta secção às obras cujo assunto esteja dentro da índole da *Revista Portuguesa de Filologia* (tal como foi definida nas palavras de apresentação do tomo I) e de que sejam enviados *dois exemplares* ao seu Director, um dos quais se destina ao crítico.

Conhecido anteriormente por valiosos trabalhos particularmente sobre os falares pirenaicos (é sobretudo importante o seu estudo intitulado *De quelques affinités phonétiques entre l'aragonais et le béarnais*, Paris 1938), o Prof. Elcock ensinava no Westfield College de Londres e do seu ensino universitário cresceu o livro de que aqui se dá notícia. A morte veio porém colhê-lo a poucos meses de distância da publicação da sua obra, de que mal pôde sequer apreciar o acolhimento entre os seus colegas romanistas.

Precedida de quatro cartas das grandes "áreas" românicas tradicionalmente aceites — Galo-Românico, Hispano-Românico, Italo- e Reto-Românico, e Balcano-Românico —, a obra encontra-se dividida em cinco extensos capítulos.

O primeiro trata demoradamente do 'fundamento latino' («The Latin Foundation») dos idiomas românicos, isto é, depois de uma breve introdução sobre os conceitos de România e do que continua a chamar "Latim Vulgar", apresenta a caracterização do que, mais justificadamente, prefiro designar por "latim coloquial tardio", enumerando ordenadamente, numa perspectiva sempre histórica, os principais traços da sua Fonologia, Morfologia-Sintaxe e Vocabulário.

O segundo tem por objecto as «influências antigas não-latinas», isto é, a possível influência exercida sobre o latim pelos chamados idiomas de "substrato" (incluindo aqui o "adstrato" grego e os mais antigos contactos com o germânico). A atitude do A. quanto a tal influência — que apresenta como evidente, com larga exemplificação, no que se refere ao léxico —, é decididamente céptica no que respeita não só à morfologia mas também aos sistemas fónicos: se se inclina a aceitar a tese tradicional (hoje parcialmente desacreditada e talvez com razão) do celtismo dos fenómenos de palatalização de *u* em *ii* e da oclusiva velar da sequência *-ct-* (*lacte-* > *laxte*), ele rejeita praticamente toda a acção de idiomas pre-românicos na alteração do sistema fonológico latino em todos os outros casos, incluindo o da debatida aspiração de *f-* inicial consumada nas áreas do gascão e do castelhano. Neste problema, o Prof. Elcock (que não aproveitou os trabalhos de Martinet e de Jungemann), embora acabe por propor uma solução de compromisso, entre a negativa pura de Meyer-Lübke e John Orr e a afirmativa decidida de Menéndez Pidal («the Latin nature of the phenomenon is, to our mind, undeniable, but that the absence of *f* in the local speech should have favoured the adoption of Latin forms with *h* seems well within the bounds of linguistic probability. In this view, the effect of the substratum was to determine a choice rather than to initiate a change», p. 425), exprime bem o seu ponto de vista geral ao afirmar: «There is indeed nothing in the sounds of Hispano-Romance which really requires to be explained otherwise than as a natural outcome of Latin» (p. 181). Mas é claro que tudo quanto se deu no sistema fonológico latino não pode deixar de se considerar como um fenómeno 'natural', no sentido de que é um fenómeno *previsto* ou *possibilitado* pelo próprio sistema fonológico em si mesmo, sem que isso exclua como 'causa', ou antes, como condição determinante o contacto com outro sistema fonoló-

gico em indivíduos bilingues. Por outro lado, o facto de a aspiração de *f* se ter realizado noutros pontos da România não é prova de que no latim coloquial tardio estivesse já presente, e sobretudo que fosse geral ou generalizada, uma realização (bilabial?) daquele fonema que constitua o ponto de partida comum de todos os fenómenos de aspiração. Na realidade, não temos bases suficientes para o admitir nem tampouco necessidade de o fazer.

O capítulo III «The Formative Period of Romance», não trata tanto do desenvolvimento dos idiomas românicos (na fase posterior à desagregação do Império Românico), quanto dos vestígios (quase exclusivamente léxicos) nestes deixados pelos idiomas chamados de "superstrato"—germânicos, eslavos e árabe.

O IV capítulo, intitulado «Medieval Latin and Romance Vernacular», ocupa-se das condições externas da transição desde a tradição escrita latina à tradição românica, com o aparecimento dos primeiros documentos em romance. Os pontos de vista do A., que vê no Renascimento carolíngio não a causa directa, mas a determinante indirecta do surgir de uma tradição escrita românica, não será necessário resumi-los aqui, visto terem sido expostos por extenso em artigo publicado no vol. XI (tomo I) desta mesma revista (pp. 1-19, *La pénombre des langues romanes*).

O último capítulo é consagrado ao problema da constituição histórica dos principais idiomas literários, sendo o maior espaço consagrado ao francês e ao provençal antigo, e seguidamente às línguas "hispano-românicas", castelhano, português e catalão, e ao italiano (compreendendo um parágrafo dedicado ao sardo), com apenas breves menções dos idiomas Reto-Românicos e Balcano-Românicos. Em cada uma destas monografias, ocupou-se o A. dos mais antigos documentos escritos dessas línguas, das suas principais características, encaradas sempre na perspectiva diacrónica, e ainda das circunstâncias históricas que determinaram a fixação destes idiomas como línguas literárias e de intercâmbio.

A obra é completada por uma bibliografia e por três índices: de assuntos, de palavras (bastante extenso) e de autores. Na bibliografia damos pela falta de algumas obras importantes como, entre outras, *Die Herausbildung der Sprachräume auf der Pyrenäenhalbinsel* (Berlin, 1958) de Baldinger, a *Gramática histórica catalana* (Madrid, 1952) de Francisco de B. Moll, a 3.ª edição de *Le origini delle lingue neolatine* (Bologna, 1959) de Tagliavini, as *Lições de filologia portuguesa* (3.ª edição, Rio, 1959) de Leite de Vasconcelos e o *Handboek tot de romaanse taalkunde* ('S-Hertogenbosch, 1956; trad. ital. *Manuale di linguistica romanza*, Firenze 1959) de Vidos.

Numa obra em que se reúne uma grande cópia de informação sobre cerca de quinze séculos de história de várias línguas, não é de estranhar que deslizassem algumas inexactidões e se acusem lacunas nem sempre evitáveis. Apontarei algumas:

pp. 46-49 — a propósito da ditongação (melhor ainda, *das ditongações*) românicas (que o A. considerou, não convincentemente, como fenómeno

já latino), teria sido conveniente mencionar a teoria exposta e desenvolvida por Schürr;

p. 59 — o género feminino de DOLŌREM, COLŌREM está representado também no port. *a dor, a cor* (mas *o sabor*);

p. 105 — Sobre a origem do infinito pessoal português (que não é provavelmente o imperfeito do conjuntivo latino) v. Theodoro Henrique Maurer Jr., *Dois problemas da língua portuguesa*, São Paulo 1951; por outro lado, o imperfeito do conjuntivo, talvez fundido com o futuro perfeito, encontra-se representado no futuro do conjuntivo português e espanhol (*se eu cantar, se tu cantares*, etc.);

p. 106 — a forma *dará-me* é hoje unicamente popular em português, e considerada incorrecta pela norma padrão;

p. 109 — o uso de TENERE como auxiliar, em vez de HABERE, não remonta com certeza ao latim, tendo-se desenvolvido pelo contrário em época relativamente tardia nos idiomas hispânicos (de resto a frase *tenho comprado um cutelo* não é “português” — *comprei uma faca* é o que corresponde de facto a esp. *he comprado un cuchillo*);

p. 127 — as formas *imos* e *is* do pres. ind. de *ir* são arcaicas em português — hoje só há *vamos* e *ides* (a 3.^a p. pl. grafa-se *vão*);

p. 168 — a adopção dos nomes cristão dos dias da semana em português deve-se, não à persistência das relações do futuro território português com a antiga Bética, mas sobretudo ao efeito da reforma eclesiástica empreendida no século v desde Braga por S. Martinho Dumense (a frase de exemplo deveria ser *O navio parte às quintas e aos domingos*);

p. 283 — o port. *cotão*, dados os sentidos demasiadamente humildes que apresenta (‘penugem dos frutos’, ‘poeira, penugem, palhinhas... que se pegam ao fato, etc. quando há pouca limpeza’, etc.), não pode provir do francês ou do italiano, mas é certamente um arabismo directo, que entrou no vocabulário romance por outra via diferente da de *algodão*;

p. 428 — embora a corte na segunda dinastia por vezes estanciasse em Sintra, esta nunca foi capital de Portugal (sobre a deslocação da capital de Coimbra para Lisboa e a importância linguística do facto, v. agora a conferência do saudoso Serafim da Silva Neto, *A constituição do português como língua nacional*, in “Arquivos da Universidade de Lisboa” XIX, Lisboa 1960, 103-116);

p. 429 (e 430) — os lugares mencionados nos dois mais antigos documentos portugueses (1192 e 1193) estão todos situados (excepto Vairão, que pertence a Vila do Conde) no concelho de Barcelos, portanto *no Minho*, mas não no vale do Minho;

p. 432 — a vogal *-e* na história do português só sofreu apócope quando estava precedida de líquida, nasal ou africada sonora *z*;

os grupos *tj* e *kj* reduziram-se de facto a um único fonema, mas não são os exemplos indicados (*partiçon* e *fazemos*) que o testemunham;

não é nada provável que os grupos iniciais *pl-*, *cl-*, *fl-* tenham resultado em *č-š* a partir de uma fase *l* idêntica à do castelhano;

p. 434 — as *cantigas de amigo* não diferem das *cantigas de amor* apenas pela característica exterior de «as palavras se suporem ditas por uma mulher» — as diferenças são bastante mais profundas;

p. 435 — não é 1578 mas 1580 que marca o início da monarquia dualista, isto é, da união de Portugal à coroa dos reis de Espanha.

Coimbra.

JOSÉ G. HERCULANO DE CARVALHO

RAMÓN MENÉNDEZ PIDAL — La "Chanson de Roland" y el neotradicionalismo. (*Orígenes de la Épica románica*). Madrid (Espasa-Calpe, S.A.), 1959, 496 pp.

Apesar de já existir profusa bibliografia sobre a *Chanson de Roland*, R. Menéndez Pidal empreende novamente investigar a obra e a sua génese, para tratar nomeadamente do problema fundamental, a seu ver até agora apenas superficialmente estudado, ao considerar-se as *chansons de geste* quer sob o aspecto do individualismo, como obra de um único poeta, quer sob o do tradicionalismo, como obra de vários poetas sucessivos, com predomínio, entre os críticos, da tese individualista.

Analisadas e discutidas na Primeira Parte, introdutória (cap.^{os} I e II), as teorias tradicionalistas, individualistas e ecléticas e as contribuições de Gaston Paris, Milá e Rajna, Ph. A. Becker, Bédier, Pauphilet, Wilmotte, Chiri, F. Lot, Salverda de Grave, Voretzsch, Cirot, Fawtier, Louis, Rita Lejeune, Mireaux, Siciliano, Bertoni, Frings, Benedetto, Gregoire, Horrent, Riquer, Delbouille, Aebischer, Dámaso Alonso, P. le Gentil, etc., e determinado o valor literário das variantes características da épica como da balada de tradição oral, cantada e anónima, com a individualidade independente de cada uma das variações e a estabilidade que através delas se mantém, o A. estuda, na Segunda Parte (cap.^{os} III a VI) a *Chanson de Roland*, segundo os manuscritos hoje conservados, sua genealogia, seus derivados, sua irradiação na Espanha e na Occitânia, nos séculos XII e XIII, trata na Terceira Parte (cap.^{os} VI a X) do «testamento dos séculos obscuros» quanto aos elementos históricos oferecidos por fontes latinas e árabes, ao clima heróico na França carolíngia, às historiografias rivais da época carolíngia, nomeadamente a *Vita Karoli*, os *Anales Mettenses* e *Anianenses* — à campanha espanhola de Carlos Magno reflectida pelo *Roland* dos últimos tempos carolíngios e a figura de Olivier, à *Nota Emilianense* e o *Cantar de Rolão* até 1070, apresentando no cap. XI, que constitui a Quarta Parte, as suas conclusões gerais que insistem em considerar como ilusória a suposição da existência do poeta único e em afirmar como realidade estética a existência de uma poesia historiográfico-novelesca colectiva, criação sucessiva de vários poetas anónimos,

obra de arte «de incesante colaboración que llega a un estilo impersonal, expresión de la fuerte personalidad de un pueblo». E conclui que «es preciso estudiar esta personalidad estética, como se estudia esa personalidad impersonal en otra vasta obra colectiva, el lenguaje» (p. 467).

É impossível enunciar numa resenha bibliográfica todos os elementos históricos e filológicos, toponímicos e onomásticos, episódicos e estruturais, ideológicos e comparativos, por R. M. Pidal minuciosamente analisados e ponderados, e repetir, nos seus pormenores, a penetrante argumentação crítica a que recorre, para abalar a tese individualista e alicerçar a neo-tradicionalista. Não haverá ponto nenhum da questão que M.P. não estude, aprofundando-o, e por vezes é precisamente o exame metucioso e a valorização positiva de afirmações ou intuições da teoria individualista que contribuem para apoiar a tese neo-tradicionalista. Contudo, o A. não deixa de reconhecer que «en las ciencias historicas no se puede *demostrar* nada de irrefragable como en las ciencias exactas; solo se puede *mostrar* un camino que lleve hacia el convencimiento, y ese camino tiene los recovecos y encrucijadas de la realidad, enemiga de simplismos» (p. 270).

A *Chanson de Roland*, na concepção de M. P. obra complexa, em vez de ser obra única e de autoria individual, é «obra de varios tiempos, de varias ideologías y de varios autores. En la colaboración de estes, a veces se sumem concepciones poéticas dispares, y a menudo se produce esa pugna de idealismo y de realismo que es característica en el arte de esta chanson». E descreve o processo genético nestes termos: «A comienzos del siglo XI, junto a la desmesura heroica de Roland, se viene a colocar la común cordura de Olivier. Más tarde, junto a los tratos de traición iniciados por Marsile (...) se anticipa el convenio de traición urdido por la insinuante astucia de Blancandrín. Después, tras la grandiosa venganza conseguida del cielo mediante el milagre astronómico del sol parado, se añade la segunda venganza sin prodigios, la de Baligant (...). Cada una de estas adiciones añade positivas bellezas al poema, pero la incorporación de tales episodios al texto preexistente ocasiona contradicciones y discrepancias, algunas de mucho bulto, porque aunque la ideación poética individual no esté libre de algún rasgo irracional, el arte colectivo se desentiende más fácilmente de la estricta trabazón lógica en las ficciones» (p. 463).

Nesta ordem de ideias os cinco manuscritos da *Chanson de Roland* não têm para M.P. o valor de cópias diversas dum original escrito, mas afiguram-se-lhe como transcrições várias duma poesia destinada ao livre canto tradicional, devendo-se as suas numerosas variantes à intervenção dos jograis que o recitaram.

Nesta qualidade de poesia destinada a ser recitada — «poesia para los oídos y no para los ojos» — de difusão e transmissão oral, os cantares de gesta constituem um género particular, caracterizado pela refundição perpétua e que vive mesmo «en variantes y refundiciones». Assim aconteceria com a *Chanson de Roland*, sujeita, entre os séculos IX e XIV, ora à tendência da «dilatación inventiva» ora à da «elaboración expositiva».

Para relacionar a *Chanson de Roland* com a história que está na sua base, recorre a todos os anais carolíngios, à historiografia árabe, tardia mas fidedigna e superior à latina, considerando os textos árabes e latinos nem como contraditórios nem como discordantes entre eles, mas antes como complementares uns dos outros e apenas diferentes pelos aspectos que de preferência focam.

Por outro lado, nega toda a relação da *Chanson de Roland* com a ideologia das cruzadas, por lhe faltarem os elementos essenciais da intervenção pontifícia e do impulso religioso da guerra santa. Levada a interpretação da *Chanson de Roland*, sob o aspecto da sua relação com as ideias das cruzadas, a corroborar a tese de que a obra não podia ser concebida anteriormente aos séculos XI e XII, M.P., ao negar a existência desta relação ideológica, é por sua vez levado a afirmar que «sólo pudo nacer en los siglos VIII y IX, cuando servía de inspiración a los poetas la existencia de un imperio de cristiandad, continuación del imperio de Roma, acristianador de pueblos paganos» (p. 243).

O que distingue a concepção neo-tradicionista de M.P. da romântica da poesia de autoria colectiva, popular, obra do génio nacional, é ele não deixar de admitir, com Pauphilet, que «au commencement était le poète». Contudo não seria o poeta único, mas os poetas, o primeiro dos quais se teria inspirado na emoção dum acontecimento real cuja notícia queria difundir para satisfazer a curiosidade do público. Há, pois, algo que «está más allá de los poetas: el recuerdo histórico que sobre ellos pesa, una esencia del pasado nacional (...)» (p. 306). Insiste, porém, em distinguir entre a "notícia poética" e o "poema", obra de vários anónimos, «que en colaboración con el fervoroso interés del público la mantuvieron en indeclinable éxito durante siglos» (p. 419).

A concepção neo-tradicionista de M.P. não diminui, de modo algum, o valor estético que o individualismo soube reconhecer à poesia das *chansons de geste* e nomeadamente à *Chanson de Roland*, embora o erudito espanhol não aceite os seus juízos extremos. Para ele não há diferença qualitativa entre a obra de um único poeta e a de vários poetas. «Toda creación individual tiene (...) momentos sucesivos en que el poeta va desenvolvendo y concretando la nebulosa de su primera concepción; en la anonimia coopera a un común ideal» (p. 451).

Perante a influência directa ou indirecta da epopeia clássica mais recentemente afirmada com insistência por Ernst Robert Curtius (*Zur Literaturästhetik des Mittelalters*, in *Zeitschrift für romanische Philologie*, LVIII, 1938, e *Antike Rhetorik und vergleichende Litteraturwissenschaft*, 1949, in: *Gesammelte Aufsätze zur romanischen Philologie*, Berna, 1960), M.P. continua a defender o valor e a acção da espontaneidade de impulsos na história poética e a admitir que as coincidências verificadas nas obras podem tanto ser espontâneas como imitadas e intencionais. À tese da imitação literária opõe com fundamentos ponderáveis a da poligénese da poesia colectiva. Aquilo que Curtius interpreta como «invenções técnicas da escola» que Turoldo teria adoptado na sua composição, afigura-se a M.P. apenas como «formas comunes y corrientes de lenguaje, a las cuales acude Virgilio lo mismo que

cualquier hombre de la calle» (p. 456). Sem dúvida, existe uma técnica poética e literária tradicional, mas não é ela o único elemento constitutivo duma obra poética e literária: são recursos estilísticos, e o que importa não é a sua presença na obra, mas a função que dentro dela lhes cabe, os efeitos que produzem. Tais efeitos, porém, não precisam forçosamente de dever-se ao facto de o autor intencionalmente recorrer a estes elementos. Pode igualmente tratar-se de recursos espontaneamente valorizados e que produzem efeitos mais sentidos do que intencionais.

O que distingue este livro de M.P., além da plenitude de material pormenorizadamente estudado, é a sobriedade crítica com que expõe os factos, discute as questões e apresenta as conclusões a que chegou. Apesar de em princípio negarem a tese individualista, estas não deixam de facilitar aos seus adeptos valorizar, dentro da concepção neo-tradicionalista, as intuições que às investigações sob o seu signo realizadas se devem. Bem ponderadas, as conclusões de M.P. podem levar à síntese dos resultados positivos tanto das investigações discutidas no sentido individualista como no do tradicionalismo.

Coimbra.

ALBIN EDUARD BEAU

JOSEPH M. PIEL — **Antroponimia germánica**. Separ. da *Enciclopedia Lingüística Hispánica*, t. I, Madrid, 1959.

Trata-se de vinte páginas em que se compendiam as noções imprescindíveis a quem empreenda estudos dentro do campo da antroponimia germánica na Península Ibérica.

Faremos uma ou outra observação:

p. 439 — § 19: não parece de aceitar o que diz respeito ao nome *Fromista*; algures (*Boletim de Filologia* de Lisboa, t. XVII, p. 56-57) se fez a demonstração, mediante documentos e, cremo-lo, de forma plenamente aceitável, de que o topónimo espanhol *Frómista* tem de facto como base imediata um antroponímico germânico: **Frothmaistu*. *Fromista* não é, como desatentamente afirma o A., um nome pessoal, mas sim um nome local.

p. 442 — § 23: exigirá um pouco mais de reflexão ligar o elemento germânico **auths* 'riqueza' com *Od-ario/Od-eiro*; lembrem-se também *Oduarius* e *Oduariz* citados por Cortesão no seu *Onomástico Medieval*.

p. 443: é de notar na Bibliografia a ausência do estudo de Gonzalo Díez Melcón, *Apellidos Castellano-Leoneses* (1) que, decerto, há que utilizar

(1) Editado em Granada em 1957; foi por nós apreciado nesta Revista, vol. IX, p. 383-384.